

Classes sociais e epistemologia marxista: a abordagem de Nicos Poulantzas*

*MATHEUS MORETTI GOMES DE AZEVEDO***

Introdução

A abordagem das classes sociais do pensador grego Nicos Poulantzas, desenvolvida ao longo dos anos 1960 e 1970 na França, figura como um dos mais bem-sucedidos esforços em sistematizar um conceito de classe social dentro do marxismo (Wright, 1993 [1978]). Essa afirmação se baseia no fato de que até então, dentro desse campo teórico, o conceito de classe social se encontrava, predominantemente, em estado prático, ou seja, utilizado enquanto instrumento teórico para análise de conjunturas específicas sem que houvesse uma elaboração prévia a seu respeito (Althusser, 2017). Foi a partir da sistematização desses usos práticos do conceito de classe encontrados em diversos autores clássicos do marxismo, tais como os próprios Karl Marx [1818-1883] e Friedrich Engels [1820-1895], Lenin [1870-1924], Rudolf Hilferding [1877-1941], Mao Tsé-Tung [1893-1976], entre outros, que Poulantzas elaborou sua abordagem de classes. Apesar de estarmos tratando de um debate realizado na Europa de aproximadamente 50 anos atrás, devemos ressaltar a importância e relevância recente dos trabalhos do autor para o campo das ciências sociais e humanas brasileiras. Uma série de pesquisadores próximos da chamada Escola de Campinas vem usando amplamente a abordagem poulantziana das classes sociais, a partir de reformulações de seus conceitos, para

* Este texto é parte modificada e revisada da minha dissertação de mestrado intitulada “A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo comparativo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright”, defendida em 2022 no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

** Mestre em Sociologia pelo PPGS-USP. E-mail: mateusmga.ba@gmail.com

analisar as principais inflexões da história recente do país (Berringer, 2020). Trata-se de um interdisciplinar e relevante corpo de estudos empíricos e teóricos, que vem pautando boa parte do debate acadêmico sobre política e sociedade brasileira.

Acreditamos, portanto, que o intento em debater a obra de Nicos Poulantzas, na segunda década do século XXI, por mais extemporâneo que a princípio tal objetivo possa parecer, segue sendo importante para o acúmulo de conhecimento acerca de temas relevantes não apenas do ponto de vista da elaboração teórica, mas também do ponto de vista da pesquisa empírica. Ou seja, não nos movemos apenas por um interesse escolástico em reconstituir conceitual e teoricamente a obra do autor, mas sim pelo interesse em iluminar, ainda que timidamente, o arcabouço teórico e epistemológico das teorias e abordagens pelas quais parte importante do debate social brasileiro vem caminhando. Esse intento, a forma como faremos essa análise, nos parece algo inédito no Brasil. Assim, o presente artigo pretende analisar, sob o crivo da teoria dos programas de pesquisa em ciências humanas e sociais de Michael Burawoy-Imre Lakatos, em que medida a abordagem de classes de Nicos Poulantzas se concilia com a tese marxista da luta de classes como motor da história – um dos postulados centrais que compõem o que Burawoy (1990) entende por programa de pesquisa marxista. Mais especificamente, o objetivo é avaliar, sob essa ótica epistêmica, dois relevantes aspectos da abordagem de classe de Poulantzas (2019 [1968]; 1974): o papel das classes sociais na reprodução e, em especial, na transição entre distintos modos de produção e a resposta específica de Poulantzas à anomalia – ou instância contestatória – que se convencionou chamar de “problema das classes médias no marxismo” – fenômeno da expansão de posições de classe interpostas entre a burguesia e o proletariado a partir do advento do capitalismo monopolista. Essa anomalia foi responsável por colocar em xeque a tese marxista da tendência à polarização entre as principais classes do modo de produção capitalista e, em decorrência, pôs em xeque o postulado da luta de classes como motor da história. Para os críticos do marxismo, a equação era simples: sem polarização estrutural e política entre a burguesia e o proletariado, não haveria conflito de classes transformador e, como resultado, estaria obstruída a via para uma transição do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista. O capitalismo seria, portanto, uma sociedade na qual a luta de classes não assumiria mais o papel de “motor” da história.

Marxismo como ciência

Nossa análise sobre a obra de Poulantzas parte daquilo que chamamos de teoria dos programas de pesquisa científicos em ciências humanas e sociais desenvolvida por Michael Burawoy (1990) – uma abordagem epistemológica e uma concepção de desenvolvimento da ciência elaboradas nos anos 1990 a partir de reformulações da filosofia do conhecimento de Imre Lakatos (1989). Para esse último autor, a ciência se desenvolve a partir de refutações das refutações (ou falsificação da

falsificação) dos postulados centrais de um programa de pesquisa. Diferentemente do falsificacionismo de Karl Popper (1972), segundo o qual devemos falsificar toda hipótese transitória ou conjectura especulativa que produzimos, um programa de pesquisa científico, para Lakatos (1989), deve defender a qualquer custo um dado núcleo de postulados teóricos contra diferentes anomalias que lhe forem dirigidas. Os programas de pesquisa, nesse sentido, possuem o que o autor chama de heurística – um maquinário “poderoso” para resolução de instâncias contestatórias ou anomalias (Lakatos, 1989, p. 4). Dois tipos de heurística são apresentados por Lakatos (1987; 1989): a heurística negativa responsável por estabelecer que o “núcleo duro” de um programa de pesquisa deve ser defendido a qualquer custo e a heurística positiva responsável por determinar as ferramentas e caminhos para defender esse núcleo. Assim, a heurística positiva deve consolidar um “cinturão protetivo” de modelos e hipóteses auxiliares capazes de “digerir” anomalias e, em certos casos, transformá-las em evidências. Segundo Lakatos (1987, p. 25-26), ademais, a heurística positiva seria responsável por guiar os pesquisadores e cientistas na busca das anomalias mais importantes a serem resolvidas.

Seguindo os passos de Lakatos, Burawoy (1990) afirma que a heurística dos programas de pesquisa estabelece os princípios de seu desenvolvimento, o qual pode ser avaliado a partir dos conceitos de programas de pesquisa degenerados ou progressivos (Lakatos, 1987, p. 28). Em programas degenerados, as anomalias são barradas por “explicações ad hoc” ou pela “redução do escopo teórico” do programa, que, perdendo a capacidade de previsão de fenômenos empíricos, muitas vezes, cede parte da explicação a programas de pesquisa rivais (Burawoy, 1990, p. 778). No caso de programas progressivos, a expansão do cinturão protetivo (heurística positiva) deve resultar em aumento de seu conteúdo teórico e empírico, não somente através da resolução e consequente transformação de anomalias em evidências, mas também pela manutenção da capacidade do programa em prever com sucesso um número significativo de fatos empíricos.

Devemos ter em mente que a epistemologia dos programas de pesquisa de Lakatos (1987; 1989) foi desenvolvida para pensar as ciências exatas e, poderíamos acrescentar, seus ramos mais duros. Não à toa, o exemplo fulcral de programa de pesquisa progressivo apresentado pelo autor é a mecânica clássica de Isaac Newton, que foi capaz de dirimir, por séculos, as anomalias e refutações que lhe eram dirigidas. Por essa razão, Burawoy (1990) identifica certas lacunas nas proposições de Lakatos que devem ser preenchidas quando tratamos de ciências humanas e sociais. Nesse campo, para Burawoy (1990), tanto os postulados centrais – núcleo duro de um programa de pesquisa – quanto seu cinturão protetivo se estabelecem morosamente a partir de sucessivas tentativas e erros. Ao longo desse processo, o núcleo duro deve ser entendido enquanto famílias de núcleos que, muitas vezes, competem entre si, originando diferentes ramificações ou cinturões protetivos em um mesmo programa. Cada uma dessas ramificações, segundo Burawoy (1990, p. 779), constrói e reconstrói o núcleo duro à sua maneira, suscitando o que co-

mumente tratamos como correntes teóricas. No caso do marxismo, teríamos, por exemplo, o marxismo analítico, o marxismo estrutural, o marxismo historicista, o austro-marxismo, o marxismo da teoria crítica, o marxismo soviético, entre outras.

Outro elemento importante levantado por Burawoy (1990), em se tratando de ciências sociais, é o fato de que as anomalias são geradas muito mais externamente do que internamente. Nesses casos, a principal fonte externa de anomalias é o próprio processo de mudança histórica, que impele os cinturões protetivos ou ramificações distintas a produzir teorias a fim de refutar novas anomalias. Esse é justamente o caso da resposta de Poulantzas (1974) ao problema das classes médias que trataremos neste artigo.

Vale notar que Burawoy (1990) não apresenta apenas o postulado da luta de classes como motor da história em seu programa. Para o autor, o núcleo duro do marxismo é composto por outros seis postulados: i) “para que haja história, homens e mulheres devem transformar a natureza em meios de sobrevivência, ou seja, eles devem produzir seus meios de existência”³; ii) “a base econômica ou modo de produção define os limites de variação da superestrutura”; iii) “um modo de produção se desenvolve através da interação entre as forças produtivas (como produzimos os meios de existência) e as relações de produção (como o produto do trabalho é apropriado)”; iv) “uma transição bem sucedida só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes”; v) “a história é progressiva, na medida em que segue a expansão das forças produtivas”; por fim, vi) “o comunismo prediz o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação do indivíduo”. Duas ressalvas devem ser feitas acerca desses elementos: em primeiro lugar, conseguimos notar certas reconstruções do próprio Burawoy (1990) sobre o núcleo duro do programa marxista, que, como veremos, não coincidem com a reconstrução althusseriana desses postulados à qual Poulantzas se filia. Em segundo, o postulado da luta de classes como motor da história foi escolhido como parâmetro para análise da abordagem de Poulantzas porque é o único que versa diretamente sobre as classes sociais e, conseqüentemente, sobre pontos que queremos analisar na obra do autor: o papel das classes sociais na transição e o problema das classes médias no marxismo.

As classes sociais na reprodução e na transição

O sociólogo marxista Bob Jessop (2013) comenta que a temática das classes sociais só assumiu destaque na obra de Poulantzas a partir da década de 1960. Antes disso, as reflexões do autor sobre o tema eram tributárias das problemáticas da classe sujeito da história e do economicismo. Em sua obra mais importante de finais dos 1960, *Poder Político e Classes Sociais* (2019), Poulantzas reorganiza parte das críticas que já vinha realizando em meados dos 1960 (2008a [1967];

3 Todas as traduções encontradas no texto são do autor.

2008b [1965]) para perscrutar dois problemas recorrentes e interligados da abordagem de classes marxista: a análise histórico-genética e o economicismo.

Segundo Poulantzas (2019), essas duas posições apresentavam problemas na medida em que identificavam as diferentes fases da luta econômica e política de classes com momentos históricos da gênese das classes sociais. Assim, para aquelas correntes, o processo de formação das classes partiria de uma massa indiferenciada de indivíduos, que passaria à “classe em si” (luta econômica) para, em seguida, se tornar “classe para si” (luta política), transformando, dessa forma, sua posição estrutural. Essa posição está associada, segundo Poulantzas (2019, p. 62), à noção de “classe sujeito da história” de György Lukács (2012), ou seja, uma abordagem que enxerga as classes sociais como princípio gerador e transformador das estruturas. A “classe em si” representaria a luta econômica e o princípio genético das estruturas, ao passo que a classe “para si” estaria associada à luta política e à transformação dessas estruturas. O problema principal da abordagem da classe sujeito, para nosso autor, é sua essência circular: a “classe em si” possui, desde o início, os “embriões” ou “germes” de sua transformação (ou seu fim), ao mesmo tempo em que ela é o próprio sujeito dessa mudança. Tudo se passa como se fosse necessário apenas esperar que a classe em si realizasse a sua missão histórica, isto é, sua própria transformação. Para Poulantzas (2019), ao contrário, as classes não são estruturas ou o princípio genético delas, mas sim “portadoras” ou “suportes” dessas estruturas. Essa formulação permite ao autor escapar do traço economicista dessa abordagem: o fato de que a classe para si – política e ideológica – é apenas um epifenômeno necessário da classe em si – econômica. Ademais, em uma visão economicista, as classes sociais são reduzidas “ao lugar dos agentes no processo de trabalho e às suas relações com os meios de produção” (Poulantzas, 2019, p. 64). Contra esse tipo de argumento, Poulantzas (2019, p. 68) define as classes sociais como o efeito global das estruturas econômica, política e ideológica no domínio das relações sociais de produção – elaboração tributária da reformulação althusseriana do conceito de modo de produção.

Para Althusser (2015), o conceito de modo de produção ampliado pode ser definido, a princípio, por uma relação complexa entre três instâncias fundamentais: econômica, político-jurídica e ideológica. Essas instâncias entretêm um tipo de relação particular que pode ser definido pelas ideias de determinação em última instância e dominância (Althusser, 2015; Balibar, 1968; Poulantzas, 2019). Como comenta Saes (1994, p. 44), a instância econômica assume o papel de determinante em última instância ao passo que pode exigir a si própria ou conferir às instâncias política e ideológica o papel de dominância. Saes ainda identifica que nem sempre as relações entre as instâncias dos modos de produção são descritas por Balibar (1968) na forma de determinação em última instância e dominância. Muitas vezes esses autores utilizam a ideia de implicação ou coordenação recíproca, ou seja, o fato de “[...] que cada instância se configura como condição necessária à reprodução das demais” (Saes, 1994, p. 46).

Esse tipo de relação entre as instâncias de um modo de produção ou de uma formação social, mais especificamente, é transferido por Poulantzas (2019) à sua definição das classes sociais. A economia assume o papel principal na determinação das classes, mas de maneira alguma ela é a única instância determinante de uma classe social. Isso fica claro quando compreendemos, por exemplo, o papel das relações político-jurídicas de propriedade, que sancionam as relações de compra e venda da força de trabalho, sem as quais não haveria nem burguesia nem proletariado, na medida em que não seria possível a existência do trabalho assalariado livre. Ademais, embora a economia assuma o papel principal na determinação de classe, em alguns casos relacionados à nova pequena burguesia, como veremos na próxima seção, ela pode ser sobredeterminada pelo nível político (trabalho de supervisão) ou ideológico (trabalho intelectual). Vale, contudo, lembrar que no caso da nova pequena burguesia, o nível de análise se modifica, ou seja, já não estamos tratando do modo de produção capitalista em geral, mas sim do capitalismo monopolista em particular, o que acrescenta novas determinações às instâncias econômica, política e ideológica das classes sociais.

Até agora, explicamos o que são as estruturas de um modo de produção e as relações específicas que elas entretêm entre si. Resta explicar o que Poulantzas (2019) compreende por domínio das relações sociais de produção, elemento que esclarece a ligação entre as classes sociais e processo de transição. De forma sucinta, Poulantzas (2019, p. 66) compreende esse domínio como o campo das práticas sociais. Pelo fato dessas práticas refletirem as formas de organização das estruturas do todo social, elas se constituem em práticas e lutas econômica, política e ideológica (2019, p. 69). Assim, as classes sociais significam, para o autor, em um só tempo “contradição e luta de classe” (Poulantzas, 1974, p. 16). Não há, para Poulantzas (1974, p. 19), classes fora da luta de classes, mesmo que essas classes não possuam, em determinadas conjunturas, “consciência de classe própria” ou não estejam organizadas em partido político autônomo, ou seja, não atuem como “força social”. Isso ocorre porque as determinações estruturais econômica, política e ideológica não atuam diretamente sobre o domínio da conjuntura – “lugar onde se concentra a individualidade histórica e sempre singular de uma formação social, em resumo a situação concreta da luta de classes” (Poulantzas, 1974, p. 17). Esse domínio determina as posições de classe dos agentes, que, apesar de sofrerem pressão de sua determinação estrutural, podem assumir posições que divergem dela. Um dos exemplos trazidos pelo autor, nesse sentido, é o da aristocracia operária que, apesar de ter uma posição de classe burguesa na conjuntura, não deixa de pertencer à classe operária.

Contudo, a partir dessa distinção entre posições de classe na conjuntura e de classes sociais enquanto luta de classes a nível estrutural, não devemos concluir que para Poulantzas (1974) haveria igualdade entre os tipos de luta de classes. Para o autor, muito influenciado pela teoria da transição de Etienne Balibar (1968), a luta política de classes possui uma singularidade no que tange à relação entre classes

sociais e transição (Poulantzas, 2019, p. 49, 75, 84). Isso porque, ela pode ser tanto uma prática de reprodução do sistema vigente quanto o “ponto nodal do processo de transformação” (Poulantzas, 2019, p. 76). A fim de aprofundar os elementos de tal singularidade, devemos realizar uma digressão em direção à teoria da transição de Balibar (1968) elaborada em sua análise da passagem da manufatura à grande indústria. Para ele, em períodos de transição, as defasagens ou temporalidades diferenciais das instâncias de um modo de produção se acentuam. Devido a essa defasagem e à autonomia relativa das estruturas de um modo de produção, é permitido à instância do político agir por antecipação sobre as outras instâncias, fixando os limites de transformação do novo modo de produção (Balibar, 1968, p. 223). O político, nesse sentido, desarticula as formas típicas de relação entre as estruturas, responsáveis pelo equilíbrio instável que elas conservam entre si. Aquilo que Balibar (1968) e Saes (1994) chamam de correspondência recíproca ou implicação recíproca entre as instâncias se rompe, instaurando a forma da não correspondência. Isso ocorre, porque o modo de intervenção da prática política, que anteriormente conservava os limites do modo de produção, passa a deslocá-los e transformá-los (Balibar, 1968, p. 224). Saes (2003) destaca dois aspectos da teoria da transição em Balibar (1968). O primeiro está associado à defasagem por antecipação do político sobre o econômico, portanto, um aspecto morfológico da transição – sua forma geral. O político antecipa o econômico para criar as “condições indispensáveis à implantação de uma nova estrutura econômica” (Saes, 2003, p. 253). O segundo está associado à falta de correspondência entre as instâncias do modo de produção, o aspecto dinâmico da transição, que instaura o “colapso do processo de reprodução social” (Saes, 2003, p. 254).

A partir desses elementos, podemos compreender de onde Poulantzas (2019) depreende a dualidade da luta política de classes. Primeiramente, teríamos um tipo de prática política voltada à reprodução social. Seu efeito fundamental seria a “manutenção da unidade de uma formação social” e seu objetivo seria o poder de Estado enquanto “fator de coesão social”. O Estado, na teoria política de Poulantzas (2019), atua na manutenção do equilíbrio instável entre as instâncias de um modo de produção, regime de correspondência recíproca, como vimos em Balibar (1968). No caso do Estado capitalista, são o direito burguês e o burocratismo que determinam as práticas políticas voltadas à reprodução do todo social. O direito burguês é responsável por institucionalizar os agentes de uma determinada formação social enquanto sujeitos formalmente livres e iguais. Esse processo produz o que Poulantzas (2019) denomina de efeito de isolamento, responsável pela aparente independência entre os produtores diretos e pela dissimulação de sua identidade de classe. O burocratismo, por sua vez, definido pelo caráter formalmente aberto do Estado capitalista a todas as classes sociais, com base no recrutamento meritocrático e formalmente universalista da burocracia estatal, produz o que Poulantzas (2019) chama de efeito de representação da unidade:

o Estado capitalista se apresenta como representante do povo-nação, dissimulando seu caráter de classe.

Segundo Saes (1998), esses dois fatores, o direito burguês e o burocratismo, concorrem para a manutenção das práticas políticas nos limites da reprodução das formações sociais. Quando esses efeitos ideológicos são rompidos – momento da crise do modo de produção (Lazagna, 2019) ou da ruptura político-ideológica necessária (Saes, 2003, p. 250), abre-se espaço para o surgimento da prática política de classe transformadora (Poulantzas, 2019). Nesse ponto específico, a abordagem de classes de Poulantzas (2019) toca o objeto de nosso artigo, pois aqui as classes se associam diretamente à dinâmica da transição e, por consequência, ao postulado da luta de classes enquanto motor da história. Para nosso autor, a luta política de classes visando o poder do Estado é o motor da história – “ponto nodal do processo transformação” (Poulantzas, 2019, p. 76). Isso ocorre porque o plano de atuação específico desse tipo de prática é, não o modo de produção em geral, mas a conjuntura, “[...] o lugar nodal onde se condensam as contradições dos diversos níveis de uma formação nas relações complexas regidas pela sobredeterminação, por sua defasagem e por seu desenvolvimento desigual” (Poulantzas, 2019, p. 43). Em sua abordagem, a luta política de classes assume o papel de “[...] nível sobredeterminante da luta de classes, na medida em que ela concentra os níveis da luta de classe [econômico e ideológico]” (Poulantzas, 2019, p. 88-89). Ou seja, o autor identifica na luta política de classes a capacidade de acumular, no plano conjuntural-histórico, a multiplicidade complexa de contradições responsáveis por ensejar um processo de ruptura ou transição. Vale notar, nesse ponto, que para Poulantzas (2019, p. 89) a primazia do processo de transformação é entregue à luta política em detrimento da luta econômica, o que o difere, portanto, das leituras economicistas ou histórico-genéticas vistas acima, segundo as quais a luta econômica – ou a “classe em si” – contém desde seu princípio os embriões de sua própria transformação.

A partir dessa reformulação específica do postulado da luta de classe enquanto motor da história, ou seja, a formulação da ideia de luta política de classes visando o poder de Estado enquanto motor da história, podemos tirar algumas conclusões acerca da progressividade da abordagem de classes de Poulantzas diante do programa de pesquisa marxista proposto por Burawoy (1990). Em primeiro lugar e como elemento mais óbvio da análise, nossa avaliação ressalta a consistência da abordagem de classes de Poulantzas (1974; 2019) em relação ao postulado marxista da luta de classes. Contudo, acreditamos que o autor não apenas se mantém nos enquadramentos gerais da perspectiva teórica aqui abordada, mas a faz avançar. Isso ocorre na medida em que Poulantzas (1974; 2019) fortalece o postulado da luta de classes através de três especificações principais: a primeira, ligada à forma ou tipo específico de luta de classes capaz de ensejar um processo de transformação: a luta política de classes; a segunda, ligada ao objetivo distinto desse tipo de luta, ou seja, o poder de Estado; e, por fim, a terceira, associada ao “objeto

específico” da luta política de classes – a conjuntura. Todas essas especificações ligadas à forma, ao objetivo e ao objeto da luta política de classes, a nosso ver, emprestam maior precisão ao postulado geral da luta de classes como ele aparece em Burawoy (1990, p. 780): “a luta de classes é o motor da transição de um modo de produção a outro”. Isso nos leva a caracterizar a abordagem poulantziana do papel das classes sociais na transição como uma reformulação progressiva do postulado marxista da luta de classes enquanto motor da história.

Poulantzas e o problema das classes médias no marxismo

Seguindo indicações da bibliografia especializada, podemos afirmar que o debate sobre as classes médias no marxismo se desenrola ao menos desde a publicação pelo economista austríaco Rudolf Hilferding ([1909] 1985) de *O Capital Financeiro* (Boito Jr. 2004; Cavalcante, 2012). Na aurora do século XX, esse autor já detectava um processo “extraordinário” de expansão de camadas assalariadas interpostas entre burguesia e o proletariado, que, segundo ele, eram identificadas erroneamente como “nova classe média”. Dois processos fundamentais concorriam para o desenvolvimento de tal fenômeno: a elevação dos patamares de mecanização do trabalho em razão do advento da grande indústria e o surgimento das “sociedades por ação», que transferiam a propriedade econômica dos meios de produção a figuras distintas daquelas que controlavam o processo produtivo (Hilferding, 1985, p. 325). Se, de um lado, o aumento da composição orgânica do capital expandia postos técnicos e de supervisão, de outro, as sociedades por ação transformavam a direção da produção em função de setores assalariados mais bem remunerados (Hilferding, 1985, p. 325). Esses fenômenos empíricos identificados por Hilferding (1985) no início do século XX, reverberariam, nos anos 1970, naquilo que Poulantzas (1974) e outros marxistas tratariam como o problema das classes médias.

No final do século XX, dois desafios de monta relativos às classes médias foram postos à teoria marxista das classes sociais. O primeiro, como indica Bertoncelo (2009), estava relacionado à complexidade da estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas, que, em larga medida, pôs em xeque a tese marxista da polarização tendencial da estrutura de classes capitalista entre burguesia e proletariado. Em resumo, uma vez que não havia polarização estrutural entre as principais classes desse modo de produção, o caminho para uma possível transição estaria vedado e, conseqüentemente, refutar-se-ia o postulado da luta de classes enquanto motor da história. Como se não bastasse, a teoria social da época passa a identificar novos atores coletivos, que não necessariamente expressavam o conflito fundamental entre capital e trabalho (Bertoncelo, 2009, p. 31). Vivia-se a ressaca das manifestações de maio de 1968 na França, cujos atores centrais eram identificados por muitos analistas com as “classes médias”. Esse cenário foi capaz de erguer uma nova onda de contestações da capacidade do marxismo em adequar

a sua teoria das classes sociais a uma teoria da ação política, ou seja, contestar a capacidade do marxismo em identificar os atores que deveriam assumir um papel central no conflito político em sociedades capitalistas avançadas (Sallum, 2004).

As respostas ao “problema das classes médias” dentro do marxismo foram numerosas e diversas. Correntes distintas se mobilizaram para refutar essa que entendemos ser uma das mais importantes anomalias impostas ao programa de pesquisa marxista ao longo do século XX. Erik Olin Wright (1997), Harry Braverman (1987), Guglielmo Carchedi (1989; 1996) e, obviamente, Poulantzas (1970; 1974; 1975) foram, cada um à sua maneira, expoentes paradigmáticos na elaboração de refutações ao problema em questão. Fugiria ao escopo deste artigo desenvolver exaustivamente as diferenças entre essas posições. Contudo, valeria a pena destacar, rapidamente, duas posições bastante difundidas nesse debate, tanto pela sua proeminência dentro do campo marxista quanto pelo fato de representarem parte satisfatória das posições com as quais a abordagem de Poulantzas (1974) se confrontou.

A primeira posição, defendida principalmente por Erik Olin Wright (1997), foi, após Poulantzas, o projeto mais ambicioso em sistematizar uma teoria das classes marxista na contemporaneidade. Em linhas gerais, a resposta de Wright (1997) em relação ao problema das classes médias consistiu na formulação do conceito de localizações contraditórias na estrutura de classes. Através desse conceito, Wright (1997) argumenta que as posições intermediárias se constituem a partir de relações de exploração em torno de três ativos produtivos principais: os meios de produção, os ativos de organização – controle técnico da produção – e os ativos de qualificação – em geral, credenciais escolares e profissionais. Os agentes que ocupam localizações contraditórias, portanto, se caracterizariam, para o autor, pelo fato de estarem, ao mesmo tempo, excluídos da propriedade dos meios de produção e possuírem interesses divergentes da classe trabalhadora em função dos direitos e poderes que possuem sobre ativos de organização e qualificação. O problema que identificamos nessa posição é que, em se tratando dos ativos de qualificação, Wright (1997, p. 19) argumenta que eles operam dentro do enquadramento da estratificação social, isto é, ou você é mais qualificado ou menos qualificado em um contínuo linear. A partir dessa apropriação da teoria da estratificação, a abordagem de Wright (1997) acaba por entrar em dissenso degenerativo com o postulado da luta de classes enquanto o motor da história, pois, por um lado, cede a explicação a um programa de pesquisa rival e, por outro, rompe com o elemento conflitante e relacional da constituição das classes no marxismo (Azevedo e Marcelino, 2024).

Uma segunda grande posição sobre o problema das classes médias foi desenvolvida, podemos dizer, de forma mais satisfatória por Harry Braverman (1980) e de forma menos satisfatória por parte do marxismo soviético, tal como identificado por Boito (2004). Essa abordagem, conhecida como a concepção ampliada do proletariado, consistia em entregar primazia à condição de

assalariamento – forma capitalista – na definição de classe operária (Cavalcante, 2012, p. 160). Assim, resumidamente, toda essa nova massa de trabalhadores assalariados cujas condições de trabalho sofriam processos crescentes de degradação no capitalismo avançado, deveriam ser identificados com a classe operária. Ademais, como aponta Braverman (1987), a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo teria perdido a sua validade no capitalismo monopolista, na medida em que o contingente de trabalhadores improdutivos – representante de posições intermediárias – crescia ao ponto de transformar esses dois contingentes em “[...] uma massa contínua de emprego que [...] tem tudo em comum” (Braverman, 1987, p. 357). Como argumenta, Boito Jr. (2004), esse também foi um expediente utilizado pelo marxismo soviético, na medida em que era interessante ao regime defender uma definição ampliada da classe operária. Apesar de não defendermos que essa posição seja degenerada em relação ao postulado da luta de classes enquanto motor da história, acreditamos que ela contorna parte importante da análise da constituição das classes do marxismo, ou seja, ela não lida com o conteúdo objetivo das relações de classe, privilegiando apenas seu aspecto formal.

Poulantzas (1974) discorda dessas posições e defende a ideia de que a condição de assalariamento não coincide com a condição operária, o que consiste, podemos afirmar, na principal tese desenvolvida em *Classes Sociais no Capitalismo Contemporâneo* [1974]. Para elaborar esse argumento, nosso autor constrói, em contraposição, os conceitos de nova pequena burguesia e classe operária, através das oposições entre trabalho produtivo e improdutivo (determinação econômica), trabalho de supervisão e não supervisão (determinação política) e trabalho intelectual e manual (determinação ideológica).

A determinação econômica das classes sociais

Para pensar a determinação econômica da nova pequena burguesia, Poulantzas (1974), primeiramente, afirma que não podemos tratá-la como burguesia, já que seus agentes não dispõem dos direitos e poderes ligados à propriedade econômica dos meios de produção e, em muitos casos, daqueles ligados às relações de posse. São, de fato, trabalhadores remunerados sob a forma salário (Poulantzas, 1974, p. 224). Contudo, como havíamos adiantado acima, se toda a classe operária é composta por trabalhadores assalariados, nem todos os trabalhadores assalariados compõem a classe operária, o que leva Poulantzas (1974, p. 224-225) a eleger um critério positivo para sua definição: o trabalho produtivo.

Tanto o debate geral sobre trabalho produtivo quanto a concepção de Poulantzas acerca do tema geraram numerosas polêmicas dentro e fora do campo marxista. Neste momento, bastaria levar em consideração que o conceito de trabalho produtivo possui relevância na abordagem do autor pelo fato de desvelar o caráter mistificador da economia capitalista – pretensamente universal

e autônoma. Isso porque, são, justamente, o emprego de trabalho produtivo e a decorrente apropriação de mais-valia que possibilitam ao capitalista empregar, em paralelo, um volume maior de trabalho improdutivo, portanto, disfuncional à reprodução e à plena realização do capital (Cavalcante, 2012, p. 104-105). Ademais, se estamos tratando de uma abordagem de classes marxista inserida tanto no quadro geral da luta de classes como motor da história quanto no quadro da contestação de refutações a esse postulado, o conceito de trabalho produtivo se torna indispensável. Isso porque, ele identifica os principais agentes responsáveis pelos processos de reprodução direta do capital e, conseqüentemente, os com maior capacidade de estancar tal processo e organizá-lo em outros termos, em suma, levar adiante um processo de transição.

Para Poulantzas (1974, p. 225-226), trabalho produtivo pode ser definido como todo trabalho efetuado em condições sociais determinadas e que remete à relação de exploração dominante em um modo de produção. Assim, a primeira camada do conceito de trabalho produtivo capitalista pode ser definida como toda forma de trabalho que “produz diretamente mais-valia e é trocada por capital”. A partir dessa colocação, o autor pode traçar as “fronteiras essenciais” da classe operária: primeiramente, teríamos a pronta exclusão de todos os trabalhadores pertencentes à esfera da circulação do capital – funções de comércio, marketing, contabilidade, seguros, entre outros. O trabalho dentro da esfera da circulação, como argumenta Poulantzas (1974, p. 228), é responsável pelos processos de realização da mais-valia e de redistribuição do produto social total, o que implica no fato de não produzir valor e, logo, não aumentar a riqueza material de uma sociedade. Em paralelo, essa mesma definição de trabalho produtivo exclui da classe trabalhadora todo trabalho que assume a “forma serviço”, definida como trabalho consumido enquanto valor de uso, aquele que se esgota tão logo é realizado e que é trocado por renda e não por capital – médicos, professores, cabeleireiros, advogados, entre outros.

Poulantzas (1974, p. 231), contudo, acredita que essa definição de trabalho produtivo capitalista deve ser complementada; isso, pelo fato de não podermos, segundo ele, dispensar a forma geral de trabalho produtivo exposta por Marx (2013) no capítulo V do Livro I d’O Capital que introduz a necessidade de se produzir um valor de uso concreto para que haja produtividade. Assim, para Poulantzas (1974) o trabalho produtivo seria toda a forma de trabalho que produz mais-valia e está ligado às formas de produção materiais: mercadorias ou valores de uso concretos. No lado oposto, todo trabalho ligado à produção imaterial estaria de fora do conceito de trabalho produtivo e, pela lógica, seria essencialmente improdutivo. Poulantzas (1974, p. 234) acredita que a união da forma geral do trabalho produtivo à sua forma capitalista em Marx (2013) se manifesta claramente no conceito de mercadoria, ou seja, o anteparo material do valor de troca.

Esse “complemento” de Poulantzas (1974) à definição de trabalho produtivo em Marx (2013), podemos dizer, foi o aspecto mais polêmico de sua definição de

classe operária e de nova pequena burguesia. Isso porque, como argumenta Wright ([1978] 1993), no mesmo Livro I d'O Capital, Marx ([1867] 2013, p. 578), ao comparar o trabalho de um operário numa fábrica de salsicha e o de um professor (mestre-escola), afirma que os dois realizam trabalho produtivo e produzem mais-valia independentemente do conteúdo material ou imaterial de seu trabalho. De fato, discordamos em grande medida da posição de Poulantzas (1974) quanto ao tema, pois, a partir das formulações de Cavalcante (2012), entendemos que o capitalismo, enquanto uma relação social de produção, possui a tendência de se impor a todas as atividades humanas. Ou seja, as relações de produção tendem a moldar todo o conteúdo material ou imaterial das forças produtivas. Contudo, vale notar que as formulações de Poulantzas (1974) possuem o mérito de demonstrar que o capitalismo enfrenta obstáculos em adequar o conteúdo imaterial da forma serviço ao processo de valorização do capital (Cavalcante, 2012). Elemento que se expressa, por exemplo, na crescente necessidade do capital em criar patentes, licenças e, principalmente, em suas tentativas de informatizar uma gama variada de serviços, como aulas, consultorias, treinamentos, entre outros, com o intuito transformá-los em mercadorias de fácil armazenamento e reprodução (Cavalcante, 2012, p. 155).

A determinação política e ideológica de classe

Como havíamos adiantado, a determinação de classe da nova pequena burguesia e da classe operária não pode ser definida a partir apenas do critério econômico exposto acima. Como afirma Poulantzas (1974), uma série de agentes que realizam trabalho produtivo estariam excluídos da classe operária e, portanto, fariam parte da nova pequena burguesia. Esse é o caso dos diretores, supervisores, engenheiros e técnicos que realizam trabalho produtivo, na medida em que a elevação da parcialização do processo de trabalho teria tornado a função que exercem indispensável à manutenção da integridade e unidade da produção. Seguindo a pista de Marx (2013, p. 406) sobre a noção de cooperação, Poulantzas (1974, p. 247) demonstra que isso ocorreria a partir da inserção desses agentes no trabalhador coletivo produtivo. Posto esse problema, Poulantzas (1974) inicia sua discussão acerca dos aspectos político-ideológicos de determinação da nova pequena burguesia, empreendendo uma interessante análise da passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista para dar tratos à questão do pertencimento de classe desses agentes.

Segundo Poulantzas (1974, p. 128), durante o capitalismo concorrencial imperava, na figura do capitalista individual, o recobrimento coetâneo do exercício da propriedade econômica dos meios de produção – poder de definir os usos específicos dos meios de produção e dispor de seus produtos – e da posse – a capacidade de pôr em marcha o processo produtivo, através do domínio do processo de trabalho. Ao longo da transição do modelo capitalista concorren-

cial ao monopolista, a “concentração” da propriedade econômica dos meios de produção antecipou o processo de “centralização” da posse ou, como preferimos, do controle efetivo do processo produtivo (Poulantzas, 1974, p. 137). Essa defasagem temporal dos processos resultou na dissociação das relações de propriedade econômica das relações de posse. Era o momento das holdings cuja característica principal consistia em uma única propriedade econômica submetendo diversos exercícios da posse em unidades produtivas distintas. Como argumenta Poulantzas (1974), as relações de posse, antes concentradas na figura de capitalistas individuais, passaram às mãos das gerências e supervisões, que assumiram a função do capital – controle do processo produtivo e extração de mais-valia. Por essa razão, Poulantzas (1974) exclui do proletariado todos os agentes que exercem trabalho de supervisão, ou seja, trabalho derivado da posição de coerção e exploração do capital, caracterizado por ser “[...] a reprodução direta das relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária no seio do processo de produção” (Poulantzas, p. 242-243).

Como relata Cavalcante (2014, p. 73), essa operação realizada por Poulantzas (1974) se localiza em um quadro de contestação da ideia de neutralidade técnica da produção, que, no caso do trabalho de supervisão, identificaria o elemento da coordenação do trabalho como determinante principal da posição de classe dos agentes. Poulantzas (1974) contesta essa ideia de neutralidade demonstrando que a divisão social do trabalho, derivada da função do capital exercida por esses agentes, possui primazia sobre a divisão técnica do trabalho, responsável pela unidade do processo produtivo. O mesmo gênero de contestação será mobilizado pelo autor em sua análise da divisão trabalho manual/intelectual, na medida em que a incorporação do trabalho intelectual ao trabalhador coletivo produtivo é sempre marcada pelo aprofundamento da “separação antagônica” entre trabalho manual e intelectual (Poulantzas, 1974, p. 246-247). Esse é o caso dos engenheiros e técnicos.

Os primeiros passos de Poulantzas (1974) na definição de trabalho intelectual/manual vão na direção de dissipar certas confusões acerca de sua compreensão. Em primeiro lugar, a realização de trabalho intelectual não coincide com a categoria social dos intelectuais. Esses agentes, enquanto categoria social, teriam uma relação sobredeterminante com a instância ideológica dos modos de produção, ou seja, eles seriam responsáveis por elaborar a ideologia de classe, de modo que não constituem uma classe para o autor (Poulantzas, 2019, p. 82). Uma segunda confusão estaria relacionada a uma compreensão biológica dessa divisão: trabalho feito pelas “mãos” e trabalho feito pelo “cérebro”. Segundo Poulantzas (1974), por mais braçal e penoso que seja o trabalho realizado, sempre há trabalho “cerebral” envolvido e vice-versa. A partir disso, o autor entende que o sentido da distinção entre trabalho manual e intelectual deve ser buscado nos critérios ideológicos que definem o lugar dos agentes na divisão social do trabalho. Assim, para Poulantzas (1974, p. 253), trabalho intelectual pode ser definido como “todo trabalho

que toma a forma de um saber do qual os trabalhadores diretos são excluídos”. Trata-se, portanto, do “monopólio dos saberes” necessários para pôr em marcha o processo produtivo, expressão ideológica da separação dos trabalhadores dos meios de trabalho no capitalismo (Poulantzas, 1974, p. 253).

Diante do exposto acima, devemos avançar algumas conclusões e destacar alguns méritos acerca da maneira como Poulantzas (1974) enfrentou o “problema das classes médias” dentro do marxismo. Como havíamos dito anteriormente, uma parte da literatura sobre o tema enxergava na relação de assalariamento o principal fator de determinação da classe operária, independentemente do conteúdo que assumisse essa relação. Como aponta Cavalcante (2014), essa corrente, em grande medida, contornou boa parte dos problemas abordados por Poulantzas (1974) acerca das determinantes econômicas, políticas e ideológicas que definiriam a classe operária, recuando a explicação aos seus aspectos formais. Se é assalariado, faz parte da classe operária, independentemente da realização de trabalho produtivo, de supervisão e intelectual, em última instância, irrelevantes para a determinação de classe (Braverman, 1980). Poulantzas (1974), ao contrário e apesar das críticas dirigidas à sua abordagem, enfrenta esses problemas dentro do quadro de uma teoria da exploração e dominação do trabalho. O autor não abandona, mas avança os conteúdos empíricos das relações sociais de produção em seus diversos níveis sem ceder parte de sua explicação a outro campo de pesquisa, tal como entendemos ser o caso da exploração em torno de ativos de qualificação em Wright (1997). Logo, avaliamos que a refutação de Poulantzas (1974) à anomalia das classes médias pode ser considerada um elemento progressivo de sua análise em relação ao postulado marxista da luta de classes enquanto motor da história.

Considerações finais

Nosso artigo se propôs analisar dois aspectos fundamentais da abordagem das classes sociais de Nicos Poulantzas (1974) em função de sua conciliação com o postulado marxista da luta de classes enquanto motor da história: o papel das classes na transição e a refutação da anomalia das classes médias no marxismo.

Em um primeiro momento, tentamos demonstrar, a partir do esquema geral da análise de classes de Poulantzas (2019), como a sua reformulação da noção de luta de classes transformadora representa um aspecto progressivo de sua abordagem. Baseado na teoria da transição de Etienne Balibar (1968), Poulantzas (2019) reformula o postulado da luta de classes como motor da história, passando a entender a luta política de classes como tal. Isso ocorre na medida em que, para o autor, é através da luta política visando o poder de Estado que se rompe o equilíbrio instável de correspondência entre as instâncias de um modo de produção. Como tentamos expor, essa reformulação pode ser considerada progressiva, pois especifica três elementos principais do postulado em análise: o tipo ou forma de prática responsável por ensejar um processo de transição, a luta política de classes;

o objetivo dessa forma específica de prática, isto é, o poder de Estado; e, por fim, seu objeto: a conjuntura enquanto o domínio onde se concentra a complexidade das contradições de um modo de produção.

Em momento posterior, procuramos argumentar, a partir da refutação de Poulantzas (1974) à anomalia das classes médias, como sua análise do problema conseguiu ser progressiva em relação a duas posições principais encontradas no debate marxista sobre o tema. Em primeiro lugar, demonstramos como o autor, através dos conceitos de nova pequena burguesia e classe operária, mantendo-se fiel ao princípio de constituição relacional e conflitante das classes sociais no marxismo, não cede parte de sua explicação a um programa de pesquisa rival, como foi a opção da proeminente abordagem de classes de Erik Olin Wright (1997). Em seguida, defendemos que Poulantzas (1974), em contraste com a abordagem ampliada da classe operária (Braverman, 1980), não contorna, mas tenta dar conta dos conteúdos próprios às relações que constituem as classes sociais. Não obstante as críticas que podem ser dirigidas à sua abordagem, Poulantzas (1974), neste caso, faz avançar de maneira progressiva o programa de pesquisa marxista a partir da expansão do conteúdo empírico da teoria das classes sem, contudo, recuá-la em favor de aspectos estritamente formais de determinação das classes sociais.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. Sobre o trabalho teórico. In: BARISON, T. (org.). *Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- BALIBAR, É. Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É. *Lire le Capital*. Paris: Librairie François Maspero 1968.
- AZEVEDO, M.; MARCELINO, P. As Classes sociais na teoria de Erik Olin Wright e o Programa Marxista de Pesquisa Científica. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, João Pessoa, n. 59, p. 226-248, 2024.
- BERRINGER, T. A escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 28, n. 51, p. 37–57, 2020.
- BERTONCELO, E. R. E. As classes na teoria sociológica contemporânea. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 67, p. 25–49, 2009.
- BOITO JR., A. Classe média e sindicalismo. *Politeia - História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BURAWOY, M. Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth. *American Sociological Review*, v. 55, n. 6, p. 775-793, 1990.
- CAVALCANTE, S. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

- CAVALCANTE, S. Nova pequena burguesia ampliada e proletariado reduzido? Avanços e limites da análise marxista em Nicos Poulantzas. *Revista Demarcaciones*, v. 2, p. 61-85, 2014.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- JESSOP, B. *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*. Cambridge: Macmillan, 2013.
- LAKATOS, I. *Historia de la ciencia: reconstrucciones racionales*. Madrid: Editorial Técnico, 1987.
- LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programs*. Cambridge/New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1989.
- LAZAGNA, A. Nicos Poulantzas, a reprodução capitalista e a luta de classes. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 12, p. 113–134, 2019.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1972.
- POULANTZAS, N. *Fascisme et dictature: la IIIe Internationale face au fascisme*. Paris: François Maspero, 1970.
- POULANTZAS, N. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- POULANTZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.
- POULANTZAS, N. Marxist Political Theory in Great Britain. In: MARTIN, J. *The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State*. London/New York: Verso, [1967] 2008b.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- POULANTZAS, N. Preliminaries to the study of hegemony in the state. In: MARTIN, J. *The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State*. London/New York: Verso, [1965] 2008a.
- SAES, D. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- SAES, Décio. Marxismo e história. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, n.1, p. 39-59, 1994.
- SALLUM Jr., B. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 65, p. 11-42, 2005.
- WRIGHT, E. O. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- WRIGHT, E. O. *Class, Crise & State*. London/New York: Verso Paperbacks, [1978] 1993.

Resumo

O artigo analisa a abordagem de classes de Nicos Poulantzas pelo crivo da teoria dos programas de pesquisa em ciências humanas e sociais desenvolvida por Michael Burawoy com base na filosofia do conhecimento de Imre Lakatos.

Mais especificamente, pretende-se compreender a conciliação da abordagem poulantziana das classes com a tese da luta de classes como motor da história – um dos postulados centrais que compõem o programa de pesquisa marxista na visão de Michael Burawoy. À vista disso, dois aspectos fundamentais da teoria das classes de Poulantzas são perscrutados: as relações entre as classes e a transição e a resposta ao problema das classes médias no marxismo – a expansão, no capitalismo avançado, de posições de classe interpostas entre a burguesia e o proletariado. Concluímos que tanto a reformulação específica do postulado da luta de classes – na forma da luta política de classes como motor da história – quanto a formulação dos conceitos de nova pequena burguesia e classe operária – que enfrenta os conteúdos das relações de classe sem ceder a programas de pesquisa rivais – são aspectos progressivos da abordagem de classes de Poulantzas em relação ao programa de pesquisa marxista. Ou seja, aspectos que, segundo Burawoy e Lakatos, são capazes de dirimir refutações, fazendo avançar o conteúdo teórico e empírico do programa.

Palavras-chave: Nicos Poulantzas; marxismo como ciência; classes sociais; luta de classes.

Abstract

The article analyzes Nicos Poulantzas' approach to classes through the sieve of the theory of research programs in the humanities and social sciences developed by Michael Burawoy on the basis of Imre Lakatos' philosophy of knowledge. More specifically, the aim is to understand the reconciliation of Poulantzas' approach with the thesis of class struggle as the engine of history - one of the central postulates of the Marxist research program in Michael Burawoy's perspective. In view of this, two fundamental aspects of Poulantzas' theory of classes are examined: the relations between classes and the transition and the response to the problem of the middle classes in Marxism - the expansion, in advanced capitalism, of class positions interposed between the bourgeoisie and the proletariat. We conclude that both the specific reformulation of the postulate of the class struggle - in the form of the political class struggle as the motor of history - and the formulation of the concepts of the new petty bourgeoisie and the working class - which confronts the contents of class relations without giving in to rival research programs - are progressive aspects of Poulantzas' approach to classes in relation to the Marxist research program. These aspects, according to Burawoy and Lakatos, are capable of dispelling refutations and advancing the theoretical and empirical content of the program.

Keywords: Nicos Poulantzas; Marxism as science; social classes; class struggle.